

I. Nota introdutória

«(...) el habla, tan cotidiana, tan diversa, tan espontánea o tan regulada, está como el oxígeno y el nitrógeno en el aire que respiramos y en casi todos nuestros juegos de lenguaje.»

Lomas, 1994, 15

Desde há algum tempo, proliferam, em todo o mundo, os artigos, as teses, os trabalhos de investigação sobre a importância da oralidade nas aulas de língua. E facilmente se pode comprovar que todos os autores apontam para a necessidade da oralidade estar presente no ensino, quer nas aulas de língua quer nas outras aulas, porque apesar de todos alunos terem a capacidade inata de adquirir e aprender as regras da linguagem, cada um deles parte de uma realidade diferente, a qual vai condicionar a sua aprendizagem e evolução na Língua Materna ou no estudo da Língua Estrangeira que inicia.

A oralidade esteve e está sempre presente na vida da humanidade, em cada um de nós (exceptuando, obviamente, os surdos e mudos, os quais usam outro tipo de comunicação, que não a verbal) e em quase todos nossos actos diários. Desde sempre se comunica e naturalmente que um dos locais onde a linguagem verbal é mais utilizada é o espaço escolar. Porém, se é evidente que ao entrar, na escola, toda a criança sabe falar, a questão que se coloca é: o que poderá, a escola, ensinar de novo que ela não possa encontrar no seu contexto social ou familiar?

Na verdade, durante muito tempo, a oralidade foi muito importante, na nossa sociedade, mas, com o passar dos anos, ela foi perdendo relevância, sendo, por vezes, muito pouco trabalhada em sala de aula e ficando até mesmo esquecida pelos docentes de Língua Portuguesa (LP) ou de Língua Estrangeira (LE). Havia, na escola, uma natural e tradicional primazia da escrita sobre a oralidade privilegiando-se o ensino escrito em detrimento do oral e isso devido essencialmente a dois factores: por um lado, à universalidade e ao carácter aparentemente inevitável da aprendizagem do uso do oral e, por outro, à suposição, discutível, de que a aprendizagem e desenvolvimento da escrita favorece a oralidade. Desta forma, a linguagem oral era negligenciada em relação à escrita. Não obstante, hoje, nos actuais desenhos curriculares de Portugal, a oralidade assume um papel cada vez mais proeminente. O enfoque, agora, vai sobretudo sobre a forma e a intencionalidade com que se ensina o modo oral. As aulas devem ser, cada vez mais, um momento em que o professor fala, mas também e sobretudo em que o aluno fala, para que este último conheça melhor e use a língua padrão, a língua modelo, deixando de lado o seu uso mais coloquial e familiar. Na realidade, urge que os nossos alunos saiam da escola a saber falar da melhor forma a Língua Portuguesa ou a Língua Estrangeira (neste caso o objectivo seria que falassem como se de nativos se tratasse), de forma a comunicar com o outro, o mais possível, e a contactar com outras nações e culturas. Pois, os alunos têm de se preparar para um futuro cada vez mais complexo e competitivo, onde a postura e a comunicação são fundamentais. Saber explicar,

informar, argumentar, apresenta-se como uma forma de poder. Poder sobre as coisas, os acontecimentos, as pessoas.

Os alunos, que cresceram em determinado meio linguístico, iniciam a escolaridade já com apropriação da linguagem oral feita, porém no seu uso familiar. A escola deverá aprofundar tais usos, e incorporar neles a língua padrão, que lhes permitirá a pouco e pouco aceder a registos mais formais da oralidade. Daí que seja necessário recuperar a palavra oral nas aulas de língua e noutros espaços curriculares, porque se é verdade que todos somos iguais no que se refere à capacidade inata para adquirir e aprender as regras da linguagem, não é menos verdade que somos diferentes quanto ao seu uso, pois nem todos alcançamos o mesmo domínio das palavras, das estruturas e procedimentos para comunicarmos adequadamente em distintas situações e com diferentes interlocutores. Sabe-se que nem todos os alunos conseguem alcançar o mesmo grau de domínio das palavras, estruturas e procedimentos para comunicar adequadamente em situações distintas e com diferentes interlocutores. Importa que a escola ajude o aluno a desenvolver uma capacidade crítica sobre a sua linguagem, pois a comunicação oral é um dos eixos da vida social de toda a comunidade, uma vez que todo o tipo de interação se veicula por meio da fala. O aluno usa a oralidade no seu quotidiano mais imediato, de uma forma mais espontânea e informal (conversa com familiares, amigos e professores), porém também precisa da oralidade para se exprimir de uma forma mais elaborada, formal e planificada (debates, entrevistas, apresentações de trabalhos, etc.). Mais tarde, quando ele tiver uma entrevista de emprego, para além do seu curriculum vitae, a sua postura e comunicação serão avaliadas, ou se tiver de apresentar um produto ou ideia será a sua comunicação oral o meio principal de conseguir obter o sucesso desejado. Neste sentido, é urgente que os alunos adquiram as competências para o domínio do uso oral formal, que comporta regras específicas e é na aplicação deste tipo de géneros discursivos que os alunos sentem mais dificuldades.

Porém, na escola, o que se verifica é que a capacidade de cada aluno de comunicação oral, tal como a escrita, vai sofrendo um processo evolutivo, produzindo-se textos cada vez mais complexos e longos. No entanto, com o alargamento do ensino obrigatório e com o «ensino para todos», muitos são os casos em que o domínio da oralidade dos alunos, não lhes permite entender o professor porque não dominam de uma forma suficientemente satisfatória a língua falada na escola. O que se verifica é que, à medida que se vai progredindo no estudo e em que se vai «avançando» na complexidade da oralidade e da escrita, o aluno deve esforçar-se por adquirir um vocabulário cada vez mais rico se quer acompanhar o que o professor diz. Deve, ainda, preocupar-se em organizar o seu discurso de uma forma cada vez mais elaborada, o que, infelizmente, muitos alunos não conseguem fazer sem ajuda. Cabe ao professor e à escola proporcionar momentos em que o aluno tenha a oportunidade de «criar» a sua própria linguagem, respeitando a sua maneira de ver e viver o mundo. Assim, é, na escola, que cada criança tem a oportunidade de «conquistar e recriar» a linguagem, de acordo com a sua própria experiência e sua maneira de ver o mundo, isto é, a sua referência interna.

Relativamente à organização deste trabalho, devo dizer que a primeira parte está direccionada para a reflexão de conceitos fundamentais e quase omnipresentes para a prática lectiva de qualquer professor de línguas, relativas à oralidade. Conhecer as novas tendências no que diz respeito a essa competência é um processo fulcral para a construção de saberes e competências inerentes à função docente. É nessa sequência que apresento uma breve análise da legislação e das teorias relacionadas com o Oral.

A segunda parte deste relatório centra-se sobre a supervisão pedagógica realizada durante o transacto ano lectivo e tem como finalidade dar a conhecer o caminho que trilhei, as aprendizagens realizadas, mas, principalmente, reflectir acerca dessa trajectória, pois só através da reflexão e auto-análise poderei melhorar o meu desempenho enquanto docente. Para tal, no capítulo I é feita uma descrição da escola, do seu Projecto Educativo e da turma de Espanhol. Seguem-se as planificações das unidades didácticas, a apresentação do manual didáctico adoptado, as reflexões sobre as aulas assistidas, estando os respectivos materiais utilizados reunidos em anexo. O capítulo V - último capítulo - tem como finalidade espelhar e analisar a trajectória por mim realizada, ao longo deste ano lectivo.

I. Objectivos do estudo

O objectivo principal deste relatório baseia-se, essencialmente, no facto de eu desejar conhecer mais aprofundadamente um tema que está tão em voga na actualidade, tentando perceber a sua crescente importância na formação dos nossos alunos, futuros cidadãos que vão viver e desenvolver a nossa sociedade, que necessitam de uma melhor preparação possível ao nível do oral, para, desta forma, conseguirem ser cidadãos completos e realizados. Além disso, pretendo encontrar algumas estratégias para o treino do oral nas minhas aulas futuras. Anseio, por isso, descobrir estratégias que surgem através da exploração do que é a oralidade.

Infelizmente, tenho verificado, desde há muitos anos, que a oralidade, na sala de aula, é bastante menos privilegiada pelos docentes do que a escrita ou o funcionamento/conhecimento implícito da língua. Por outro lado, também sei que, ao longo dos anos e nas diferentes metodologias de ensino, a comunicação oral desempenhou diferentes papéis e teve espaços reduzidos ou expansivos, dependendo das crenças daquele momento. Não é minha intenção fazer aqui uma explanação exaustiva ou um estudo exaustivo das diferentes metodologias e o papel que coube à oralidade em cada contexto. O que pretendo é efectuar um breve levantamento, tentando com isso mostrar a importância da língua falada nos últimos anos, como ela foi tratada e como isso influencia, ainda, o ensino da Língua Materna ou da Língua Estrangeira em sala de aula, nos dias actuais.

Por outro lado, como se poderá verificar ao longo destas páginas, também pretendo fazer referência aos documentos normativos actuais que regulamentam a avaliação da oralidade em contexto de sala de aula de Língua Portuguesa, por forma a entender melhor todas as directrizes actuais relativas ao tema e verificar se a oralidade tem uma posição mais interventiva que a que tinha anteriormente.

Finalmente, devo dizer que este texto tem como principal desígnio reflectir sobre a minha breve experiência profissional na Língua Espanhola e abrir pistas de trabalho produtivas para alterar o estado do treino do oral nas escolas portuguesas. Tenciona-se, assim, que este estudo sirva de algum modo para estimular o ensino e a aprendizagem do Oral, na esperança de que a situação de hoje vá melhorar gradualmente e acreditando que os professores podem fazer muito relativamente a esta matéria.

Não representa o fim, mas sim o início da mudança do meu percurso como docente. Um docente que quer, a partir de agora, colocar o oral no cerne das suas aulas futuras.

II. Parte I

1. Conceitos teóricos sobre a oralidade

1.1 Lugar que ocupa a oralidade na sala de aula

A quase inexistência de abordagens didácticas do aspecto oral da língua, em aulas de Língua Materna, fez com que muitos autores, como por exemplo, Marcuschi apresentassem definições básicas de linguagem e de língua, pois havia, infelizmente, até então, a tendência de apresentar uma visão parcial da língua. Ignoravam-se propositadamente determinadas variáveis por serem difíceis de estudar ou de classificar, por a língua ser um sistema cognitivo utilizado para a compreensão e a construção do mundo mental. Via-se a língua apenas como um simples instrumento de comunicação social, semanticamente transparente e autónoma, homogénea, desvinculada dos usuários, separada da realidade e não histórica. Assim, as variações históricas e sociais, a necessidade de ser tratada em contextos situacionais ou o facto de se modificar no decorrer do tempo eram deliberadamente ignorados, pelos autores. Na verdade, nos livros de didáctica de português encontrava-se, com frequência, a oralidade tratada apenas em termos comparativos à língua culta, atribuída à escrita, por os autores sentirem dificuldade em como e onde inserir o estudo da fala nas obras.

Ao observar a parcialidade de um determinado contexto teórico, tendo em conta que a fala tem como aspecto central a variação, os professores, por seu lado, sentiam muita dificuldade de encontrar um lugar para a oralidade, na sala de aula. A abrangência dos aspectos de mudança e a variação raramente era efectuada, nas aulas de Língua Portuguesa / Português. Foi o que fez Marcuschi afirmar, em primeiro lugar, que era necessário «formar a consciência de que a língua não é homogénea nem monolítica» e, em segundo lugar, que «a noção de um dialecto padrão uniforme (não apenas no Português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico.» (Marcuschi, 2002: 24)

A existência de níveis de uso da língua desde seu aspecto coloquial até ao formal, tanto na fala quanto na escrita, é outro aspecto fundamental a ter em conta. A observação de características que influem na produção da fala, tais como idade, sexo, actividade profissional, posição social, podem e devem ser observados, em salas de aula, de maneira a que a oralidade seja abordada como elemento integrado e relacionado com a escrita. Uma abrangência consciente e ampla da oralidade, na sala de aula, é defendida pelo mesmo autor, de forma a preservar tradições não escritas, como nos contos populares, ou ainda uma oportunidade única para esclarecer aspectos relativos aos preconceitos linguísticos, sendo, ainda, importante para «analisar em que sentido a língua é um mecanismo de controlo social e reprodução de esquemas de dominação e poder implícitos em usos linguísticos na vida diária, tendo em vista suas íntimas, complexas e comprovadas relações com as estruturas sociais.» (Marcuschi, 2002: 25)

Na verdade, a riqueza da língua oral é que não corresponde inteiramente a nenhum dialecto em particular, ao contrário da língua escrita que se costuma associar à língua considerada «padrão»¹. O problema é que existe um preconceito propagado, na nossa sociedade, em relação às falas dialectais, que a Língua Portuguesa possui. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Existindo, ainda, muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum considerar-se as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas².

Este problema deve ser enfrentado, na escola, como parte do objectivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar a Língua Portuguesa, a escola precisa de se livrar de alguns mitos. Os alunos devem estar ciente de que não existe uma única forma 'certa' de falar - a que se parece com a escrita - e de que a escrita é o espelho da fala. Não se pode pensar que se deva «anular» na fala do aluno, a «fala» da sua comunidade/aldeia/vila/cidade, isto é, tudo o que pode ser considerado «menos bem dito/pronunciado» ou «errado»³, pois corre-se o risco de desvalorizar a forma de falar de cada aluno e, por consequência, do seu meio envolvente. Esta situação pode levar muitos alunos a não querer falar, nas aulas, por medo de ser corrigidos/ridicularizados, sentindo vergonha das suas origens, uma vez que a fala usada por eles diverge muito da ensinada na escola.

Dito isso, o aluno terá de ter, ainda, em conta uma diversidade de factores tais como as variações geográficas, socioculturais ou situacionais que fazem parte da realidade e da riqueza da língua materna ou da língua não materna. Para ser um falante competente terá de saber manejar habitualmente uma variedade histórica - a variedade contemporânea - com as variedades dialectais. Desta forma, o professor, na sala de aula, deverá propor múltiplas situações que requeiram o uso das variedades linguísticas, tais como aquelas necessárias ao uso da língua padrão. Nestas situações comunicativas, o aluno tem de reconhecer as

¹ A língua padrão alude à ideia de modelo, de tipo, mas também faz referência ao que se considera normal, aquilo que está generalizado. Para muitos linguistas, especialmente sociolinguistas, é a língua comum, de variante de prestígio usada por uma comunidade de falantes, que provem de uma modalidade unificada que é usada pelos meios de comunicação e pela escola.

² Se as línguas e os dialectos são complexos, e se os falantes os conhecem, então os falantes, inclusive os alunos, têm conhecimento de uma estrutura complexa. Qualquer avaliação da inteligência do aluno com base na desvalorização de seu dialecto, isto é, medida pelo domínio do português é cientificamente um erro. Os alunos que falam dialectos desvalorizados são tão capazes quanto os que falam dialectos valorizados. Possenti demonstra que a linguagem é algo inerente ao aluno, e «não algo distante da sua realidade, como o ensino tem colocado até então». (Possenti; in Geraldí, 2006, p. 35)

³ Relacionar a fala com erro, pelo facto desta diferir da língua padrão, a qual geralmente está relacionada com a escrita ou pelo facto de não haver um conceito bem claro acerca da importância da língua falada fez com que fosse necessária uma proposta que apontasse para novas possibilidades de abordagem da fala nas salas de aula. Na verdade, outro aspecto negativo prendia-se com o facto de não haver uma concepção e uma terminologia definida a respeito da língua falada, nas salas de aula. Nos livros de didáctica do português, com efeito, a fala era, com frequência, abordada apenas na sua vertente lexical, sendo referida apenas por causa das gírias, das frases feitas e das expressões idiomáticas. Curiosamente, nestes livros, era comum mencionar-se a variação linguística da oralidade e ignorar a variação presente na escrita. Optava-se por não se falar da fala o que levou a um certo «silêncio», no que diz respeito a este tema. Foi por causa desta realidade, que vários autores se debruçaram sobre o estudo da oralidade com o desígnio de introduzir a oralidade na sala de aula de Língua Materna.

variedades linguísticas e a língua padrão e, depois, deve utilizar esta última num contexto comunicativo diferente ou semelhante. O aluno amplia, assim, as suas possibilidades de comunicação e de compreensão ao mesmo tempo que vai construindo o seu próprio conhecimento da língua. Aos poucos, saberá o que dizer, a quem, como e quando dizê-lo. Vai poder adequar o seu discurso de acordo com a situação comunicativa em que se encontra. Para isso precisa de desenvolver, no contexto de sala de aula, uma consciência crítica perante um determinado tipo de comunicação oral. Apenas assim, permitindo-lhes o acesso à língua, o aluno poderá ampliar as suas possibilidades de comunicação e compreensão, na sua globalidade. É desta forma, ainda, que ele será conduzido na aprendizagem da produção textual e poderá partir à descoberta de outras línguas e de outras áreas do conhecimento.

De facto, o aluno que inicia a aprendizagem de uma língua estrangeira passa a dispor de um poderoso meio de desenvolvimento pessoal, de integração social, de aquisição cultural e de comunicação, uma vez que ele terá de aprender tudo sobre esta nova língua. Além disso, a capacidade de comunicar numa Língua Estrangeira e o conhecimento da mesma proporcionam uma melhor compreensão da Língua Materna, tendo em conta que se promove a reflexão sobre o funcionamento de ambas. Um dos objectivos da aprendizagem de línguas será sempre a formação para a cidadania democrática, por se desenvolverem capacidades de comunicação e por ela fomentar o diálogo intercultural, valorizando o outro, o respeito e a cooperação. Por isso há, cada vez mais, um interesse europeu de equiparar os níveis de domínio das línguas. Para facilitar os intercâmbios de estudantes dentro da Comunidade Europeia, lançou-se uma correspondência com os níveis definidos pelo Conselho da Europa no citado *Quadro Europeu Comum de Referência*, pois há uma preocupação em uniformizar as aprendizagens para que seja mais fácil a mobilidade de indivíduos de diferentes nacionalidades, e conseqüentemente de diferentes línguas, dentro do mesmo espaço.

A aprendizagem de línguas próximas, como é o caso da aprendizagem de Espanhol por alunos lusófonos, é um factor de facilitação que estimula a motivação e o sucesso, não só pelas características das duas línguas, como também pela proximidade geográfica, que permite os contínuos contactos socioculturais, tão importantes na aquisição de uma língua. Partindo do princípio de que a comunicação é a meta final de qualquer aluno que aprende línguas, o professor deve levar o aluno a comunicar na língua que aprende, quer seja estrangeira ou materna, realizando tarefas e criando situações de comunicação tão autênticas quanto possível, para que assim o aluno esteja inserido na realidade, não só linguística como também cultural da língua que aprende. É importante criar actividades de comunicação real, para compreender e aprender uma língua estrangeira ou aperfeiçoar a língua materna.

A aprendizagem de idiomas fez sempre parte do currículo educativo dos alunos, foi sempre fundamental saber comunicar noutras línguas, para que não ficássemos isolados do mundo. Assim, desde muito cedo o aluno aprende a falar outras línguas - já aprende, hoje em dia, algumas palavras básicas ou expressões de Inglês na Pré-Primária e depois, ao longo do seu currículo educativo, ele vai ter ao seu dispor a possibilidade de aprender outras línguas estrangeiras como o Francês, o Espanhol ou o Alemão. O primeiro tipo de interacção oral que

ocorre, na aula de língua Estrangeira, caracteriza-se por ser uma estrutura muito rígida em que o professor inicia o discurso, frequentemente com uma pergunta, os alunos respondem e o professor comenta a resposta. Esta interacção básica é muito limitada e é diferente da interacção que ocorre no mundo fora da sala de aula. O trabalho de pares e de grupo rompe esta estrutura e permite aos alunos falarem mais tempo e de forma mais autêntica. Aos alunos devem oferecer-se muitas oportunidades para manter uma interacção oral que se pareça o mais possível com a que ocorre entre os falantes de línguas.

Nestas aulas, o professor deve privilegiar e favorecer as relações entre os alunos para que eles usem a linguagem oral para falar, por exemplo, das suas vivências. Fazê-los falar a partir das suas próprias experiências, dos seus conhecimentos, das suas opiniões é essencial. Deve-se procurar que o aluno seja ele mesmo nas interacções com os seus interlocutores/pares. Isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que se deva ficar neste patamar, pois isto não basta para que haja um crescimento e avanço na aprendizagem da língua estrangeira. O que se aconselha é partir desses conhecimentos para avançar em direcção a novos conhecimentos. Assim, cabe ao professor deixar de ter o papel central no acto de comunicação, de forma a levar o aluno a ter iniciativas na fala, levá-lo à sua autonomia. O professor deve ter, sobretudo, um papel de um observador discreto das interacções entre os alunos ou o papel de orientador. Desta forma, o discente, passa a adquirir determinadas estratégias de escuta, as quais podem ser também desenvolvidas nele, por intermédio do professor. Cabe-lhe, então, propor actividades variadas que tenham por objectivo desenvolver no aprendiz a aptidão de pré-construir, a construir ou reconstruir uma mensagem utilizando o seu conhecimento anterior (da língua alvo, de outras LE ou da LP). Diga-se, a título de exemplo, que os teóricos da Interlíngua postulam que o aprendiz faz uso de todo o seu conhecimento anterior na aprendizagem de uma nova LE: conhecimento da sua LM, de outras LE e da própria língua em aprendizagem.

O problema que se verifica, nas línguas estrangeiras, é que muitos professores pensam ainda que o oral, a conversação e as actividades orais, constituem perda de tempo. Por esse motivo, a prática da oralidade nem sempre se realiza, em contextos de sala de aula, e são muitas as razões/explicações que se podem apontar para justificar este facto: não há tempo suficiente; não há meios de se ocupar do carácter global da língua; as turmas são numerosas; a timidez dos alunos, os quais não gostam de se expor diante do 'outro', principalmente numa língua que ainda não dominam; etc. Além disso, as actividades propostas, pelo manual ou pelo professor, tornam-se, muitas vezes, simples "caricaturas da comunicação" (Berrier, 1995), pois são apenas situações ritualizadas, estereotipadas. Pode-se encontrar um sem fim de razões para que a comunicação oral em Língua Estrangeira não se realize satisfatoriamente, em sala de aula. Desta forma, as práticas de oralidade, como por exemplo, debates, seminários ou entrevistas, não ocupam, nas metodologias adoptadas pelo docente, um lugar de destaque, em contexto de sala de aula.

Não obstante, tratar a oralidade de forma sistemática, contribui não só para desenvolver a capacidade de comunicação do aluno, mas sobretudo serve para desmistificar

as várias formas de linguagem existentes. Tem um objectivo muito mais profundo que é indispensável no desenvolvimento do aluno, pois tais práticas vão ajudar a formar alguém capaz de saber utilizar adequadamente as múltiplas possibilidades que a língua lhe permite. Assim, para trabalhar o oral é necessário que o aluno seja orientado quanto às características de cada uma das modalidades utilizadas - debates, entrevista ou uma apreciação crítica acerca de uma série televisiva ou de um filme recente ou de uma emissão de rádio⁴ - para que se sinta seguro e, assim, consiga alcançar um bom nível de desenvolvimento dentro do mesmo tipo de produção oral. Estas propostas exigem a implantação de conhecimentos prévios, pois quando ocorrem, os professores vão avaliar os seus alunos, dando importância sobretudo ao texto oral e não ao escrito, que é utilizado como suporte para a apresentação dos trabalhos. Diga-se de passagem, que esta é uma excelente oportunidade para o professor trabalhar as duas modalidades: a oral e a escrita.

E trabalhar a oralidade pressupõe não apenas ensinar a falar em situação formal, mas também fazer com que o aluno consiga «distinguir diferentes intencionalidades comunicativas, por exemplo, informar, relatar, expor, narrar, descrever, explicar, argumentar, convencer, despertar a curiosidade». Identificando as «intenções declaradas, explícitas ou implícitas, relacionando-as com os contextos de comunicação e os recursos linguísticos mobilizados» e explorando «as diferentes tipologias do oral e de aspectos verbais e paraverbais da comunicação» (in *Novos Programas de Português para o Ensino Básico*, 2001). Desta maneira, poderá construir o seu próprio discurso, seguindo as regras que aprendeu.

Todavia, tal implica uma necessária adaptação do professor a esta nova realidade. Além disso, esta constitui outra forma de se praticar a cidadania, uma vez que ao agirem como apresentadores dos seus trabalhos ou como elementos integrantes de um debate, os alunos terão de conhecer e usar o direito à expressão. Finalmente, este tipo de trabalho constituiu um ambiente de interacção salutar ao desenvolvimento pessoal e social de cada um dos intervenientes.

⁴ Esses meios de comunicação, apesar de serem considerados por muitos, formas banais de entretenimento e representantes da cultura de massa, podem apresentar a possibilidade de serem aproveitados no ensino como representações de formas discursivas, pois privilegiam o diálogo nas mais variadas formas, favorecendo as práticas de interacção verbal.

1.2. Um olhar sobre os programas

Os programas de Português e Espanhol em vigor exploram a urgência de uma pedagogia do oral nas escolas e têm contribuído para o seu aprofundamento, criando condições para que os professores levem os seus alunos a praticar esta competência comunicativa. Na verdade, no Programa de Espanhol subjaz um conceito de língua como instrumento de comunicação, e como forma de representar a realidade. Assim, ao aprender uma língua, não se adquire única e exclusivamente um sistema de signos mas, simultaneamente, os significados culturais que os signos comportam, o modo de interpretar a realidade. O paradigma metodológico que se escolheu para a elaboração do Programa de Espanhol foi o comunicativo, já que ele privilegia o aluno como centro da aprendizagem, sendo que a competência comunicativa surge como uma macro competência que integra as subcompetências - linguística, discursiva, estratégica, sociocultural e sociolinguística. De acordo com o *Quadro Europeu Comum de Referência*, propicia-se uma metodologia orientada para a acção, estimulando a realização de tarefas significativas que levem à utilização da língua em situações autênticas. Estas tarefas centram-se na resolução de problemas valorizando os processos e as atitudes, conduzindo a construção de aprendizagens significativas tanto no desempenho da competência comunicativa como na apropriação dos recursos linguísticos, além de atribuírem um papel central à avaliação formativa e à autoavaliação, integradas no processo de aprendizagem. Basta uma breve análise aos programas de Espanhol para constatar que, em relação às competências comunicativas, este está relacionado com o objectivo básico de desenvolvimento das competências de compreensão e expressão tanto orais como escritas, descrevendo-se, ao longo do programa, as actividades necessárias, seguindo o *Quadro Europeu Comum de Referência*, as estratégias e as atitudes que possibilitam atingir a competência esperada. Analisando os objectivos específicos dos Programas de Espanhol, podemos dizer que neles se encontra uma necessidade de proporcionar, ao aluno, uma prática constante do discurso em contexto real, como se de nativos se tratasse. Estes objectivos ajudam o professor a preparar o aluno para uma situação real em que este terá de comunicar espontaneamente com nativos sobre aspectos da sociedade em geral. Refira-se que estes programas não se apresentam apenas como um conjunto de conteúdos a apreender, mas antes pretendem ser um instrumento regulador da prática educativa, contendo flexibilidade e abertura que permitam corresponder às necessidades e interesses dos alunos e às condições em que decorra a prática pedagógica.

Relativamente ao Programa de Português, este pretende ser um instrumento regulador do ensino-aprendizagem da língua portuguesa nas componentes *Compreensão Oral*, *Expressão Oral*, *Expressão Escrita*, *Leitura e Funcionamento da Língua*, instituídas como

competências nucleares desta disciplina, concedendo particular importância à reflexão sobre a estrutura e funcionamento da língua, proporcionando a aprendizagem e a sistematização de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de uma consciência metalinguística. Espera-se que o aprofundamento das estratégias de recepção e produção dos textos orais permita aos jovens do Ensino Secundário um domínio mais completo e consciente do sistema linguístico de que são utilizadores. No que se refere à expressão oral, o programa, através dos objectivos e conteúdos enunciados, pretende evidenciar alguns pressupostos que permitam a prática de uma eficaz e adequada interacção verbal. Quanto à Expressão Oral, este programa estabelece como algumas principais finalidades e objectivos as seguintes: *Assegurar o desenvolvimento das competências de compreensão e expressão em língua materna; Desenvolver a competência de comunicação, aliando o uso funcional ao conhecimento reflexivo sobre a língua; Assegurar o desenvolvimento do raciocínio verbal e da reflexão, através do conhecimento progressivo das potencialidades da língua; Contribuir para a formação do sujeito, promovendo valores de autonomia, de responsabilidade, de espírito crítico, através da participação em práticas de línguas adequadas; Expressar-se oralmente e por escrito com coerência, de acordo com as finalidades e situações de comunicação.* Estes conteúdos demonstram que os alunos devem ser instruídos e preparados para falarem o Português de uma forma coerente e sempre com uma vertente reflexiva, favorecendo a autonomia do aluno aquando da sua expressão na língua materna. O aluno tem de saber o que diz, e porque diz de uma forma e não de outra. Só assim o discente será um falante autónomo e crítico e só assim poderá participar numa situação real sem sentir problemas ou dificuldades enquanto comunica, levando-o esta destreza comunicativa a saber viver bem consigo e com os outros.

Além dos objectivos e finalidades que guiam o professor para uma melhor preparação das aulas, também encontramos, nos Programas, os processos de operacionalização das competências. Estes processos de operacionalização consistem na forma de efectivar os objectivos que são propostos para a prática de cada competência. Através deles, o professor consegue racionalizar cada objectivo, transformando-o em situações que poderá explorar em sala de aula. Quanto a este item, que encontramos no Programa de Português (2002, 10), podemos exemplificar com alguns dos processos da expressão oral: *“Utilizar diferentes registos de língua consoante a situação; Intervir oportunamente; Expressar sentimentos e emoções; Relatar acontecimentos e episódios; Descrever acções e objectos; Expor ideias; Expressar e defender opiniões; Trocar e confrontar opiniões; Discutir e argumentar.* Assim, facilmente se pode comprovar que estes processos de operacionalização da expressão oral motivam o aluno a reflectir e a exprimir as suas ideias e opiniões, portanto, mais uma vez, impera a promoção da autonomia, responsabilidade e capacidade crítica do aluno como indivíduo que faz parte de uma sociedade. O domínio da oralidade é uma competência transversal que deve permitir ao aluno a sua afirmação pessoal e a sua integração numa comunidade, ora como locutor eficaz, ora como interlocutor. Estes objectivos/processos do programa revelam a preocupação de preparar cidadãos que se expressem correctamente na língua materna.

Neste Programa, encontramos a indicação de que, numa aula de língua deverão existir espaços de interacção verbal, através de diálogos, discussões e debates, imperativos para a formação de cidadãos livres, emancipados, responsáveis e auto-determinados. Segundo o Programa, a comunicação oral constitui uma competência transversal do currículo, já que o seu uso se torna necessário em todas ou quase todas as disciplinas que frequentamos ao longo do nosso percurso como alunos, uma vez que comunicamos em Português. A Escola deve, pois, fornecer ao aluno os conhecimentos instrumentais exigidos pela vida escolar (relatos, exposições, diálogos, debates) social e profissional (entrevistas para um emprego, conferências, etc.).

Podemos, então, concluir que nestes Programas, quer de Espanhol quer de Português, se nota uma maior preocupação em trabalhar a Expressão Oral comparativamente a programas homologados em anos anteriores. Esta preocupação deve-se ao facto de haver uma necessidade de preparar os alunos não só para serem alunos com capacidades cognitivas desenvolvidas, como também com capacidades comunicativas, capazes de expressar-se, com correcção, na língua materna e em línguas estrangeiras.

Obviamente que, numa aula de Português ou de Espanhol Iniciação, há uma diferença muito grande relativamente ao espaço dedicado à prática da Comunicação Oral. Esta não é tão praticada numa aula de Português, como numa aula de Espanhol Iniciação. À primeira vista, esta diferença de atenção das duas disciplinas em relação ao oral é compreensível, porque os alunos já adquiriram bastante competência de expressão oral ao longo dos primeiros anos de vida e do seu percurso académico, e, para eles, é inata a competência em Língua Portuguesa. Já em relação ao Espanhol, e sendo uma língua de iniciação, esta tem de ser trabalhada em todas as competências, porque os alunos são levados a apreenderem todas as características da língua não só a nível gramatical, como também fonético, escrito, cultural e lexical. Mas, pelo facto de saberem falar Português, isso não significa que pratiquem constantemente a competência oral. Mesmo os alunos portugueses que falam português, e embora tenham aprendido a língua de forma natural, necessitam de trabalhar e praticar a competência de oralidade (compreensão e produção). Assim, fácil será de reparar que muitos alunos são muito bons no que diz respeito a provas de avaliação escrita, mas, quando têm a necessidade de expor oralmente qualquer conteúdo, já se inibem e sentem muitas dificuldades. Provavelmente, são beneficiados se a avaliação não tiver em conta a oralidade, ou o contrário, porque também existem alunos que são bons aquando da prática da oralidade e relativamente mais fracos na escrita. Porém, qualquer aluno, para ser muito bom, tem de completar-se em eficiência não só a nível escrito, mas também a nível oral. O aluno deverá basear a sua competência da oralidade na observação dos usos orais que têm lugar nos mais diversos contornos da realidade, como nos meios de comunicação, tal como iremos ver no capítulo seguinte.

1.3. Função social da oralidade

«(...) a fala é uma actividade muito mais central do que a escrita no dia-a-dia da maioria das pessoas.»

Marcuschi, 2002: 21

Já o dissemos no capítulo anterior, a oralidade no ensino do português / língua portuguesa, foi durante muito tempo, uma questão pouco valorizada e até mesmo desprezada pelos docentes. Havia um posicionamento muito bem definido em relação ao papel fundamental da escola, resumido no objectivo geral de ensinar a escrever. No entanto, como afirma Marcuschi, no excerto acima transcrito, a fala é, nas actividades diárias de cada um de nós, mais relevante do que a escrita.

Na verdade, sem palavras ninguém é nada, pois o complexo sistema de comunicação e de representação da nossa sociedade materializa-se através dos meios oral e escrito. Sem a palavra e sem a comunicação ninguém sobrevive, estas fazem-nos pertencer a uma sociedade. Além disso, a comunicação oral é natural, fazendo parte da substância do ser humano, construindo a pessoa como membro de uma espécie que se insere numa sociedade. A competência de comunicação oral, quer seja na produção ou no reconhecimento da palavra falada, assume, cada vez mais, uma importância crescente. A possibilidade de se processar de forma adequada a informação transmitida através do modo oral, por meio de estratégias adequadas, constitui hoje um factor relevante na construção de cidadãos.

Não obstante, nem todas as manifestações comunicativas orais são «naturais», na perspectiva acima referida. Uma palestra, um discurso inaugural, uma apresentação ou uma entrevista por causa de um emprego são situações em que esta manifestação comunicativa oral requer um elevado grau de preparação, elaboração e, muitas vezes, apoio por parte da escrita, como por exemplo a preparação de um texto ou de um esquema prévio. Dominar estas formas de falar não é simples e, por isso, o desenvolvimento desta competência comunicativa oral faz parte da educação, e não só de agora. De facto, a importância da Oralidade não é uma realidade só dos dias de hoje, pois na Antiguidade Clássica, a Retórica e a Oratória eram já disciplinas exigentes e importantes para o ciclo de estudos dos cidadãos. Nesta época, para se ser um verdadeiro cidadão, os homens tinham de dominar estas artes do oral.

Hoje, a Oralidade é vista essencialmente na sua função social. Serve, por exemplo, para pedir ou dar informações permitindo, assim, as relações sociais. É, geralmente, através da palavra que iniciamos e mantemos as relações com os outros. A fala é, em si mesma, uma acção que nos torna seres sociais diferentes das outras espécies animais. A fala capacita-nos para levar a cabo a maioria das nossas actividades quotidianas, desde as mais simples, como por exemplo telefonar a alguém, até as mais complexas, como por exemplo ir a uma entrevista de emprego ou expor e defender um conjunto de ideias perante um auditório

repleto de gente. Neste sentido, não podemos existir como cidadãos se não dominamos o Oral, porque o ser humano tem necessidade de contactar com o mundo exterior, quebrar o silêncio e falar, porque quem não quer contactar os outros e quer isolar-se simplesmente não fala. A oralidade é, assim, um feito social que permite a aquisição de costumes, crenças e histórias, relacionamentos com outras pessoas e grupos e a transmissão de experiências e saberes.

Inserida na função social da linguagem encaixa-se, não só na vida privada, mas também na vida pública, religiosa, institucional ou política, que não se conseguem dissociar da fala. Quanto mais livre e democrática for uma sociedade, mais lugar nela ocupa a fala, no entanto, não podemos esquecer os regimes totalitários, em que o direito à palavra e a discussão aberta ao público são negados aos cidadãos, sendo eles frequentemente perseguidos, oprimidos e julgados pelo que dizem.

Também a oralidade pode ter funções lúdicas, e exemplo dessa função são os contos tradicionais, as canções, os mitos, os provérbios, as anedotas e as lendas, não esquecendo o teatro e o cinema, que através dos seus enredos contam histórias da vida real e assim, ajudam a conversar e a viver em sociedade. Falar não é só comunicar informações. Segundo Tovar, J. J. B., (1995), é pôr-se em contacto, aproximar-se do outro, e pode-se compreender que quando alguém fala numa língua que domina, a comunicação oral torna-se mais acessível e mais espontânea, facilitando, assim, o contacto com a sociedade em que se está inserido.

1.4. Complexidade e riqueza da oralidade

Apesar do que foi dito no capítulo anterior, quando contactamos com pessoas que falem outra língua, já se torna mais complexo todo este fácil modo de comunicação. Os signos linguísticos diferem daqueles que sempre utilizamos e de que nos fomos apropriando. Por isso, quando tentamos comunicar com pessoas que usam um idioma distinto do nosso, a comunicação não se processa e gera-se o silêncio. Todos sabemos que um dos aspectos em que a comunicação oral difere de língua para língua é a gesticulação que acompanha as nossas palavras. Com efeito, um nórdico não “fala” com as mãos como um latino. Assim, teremos de ter em conta, na competência oral, também a competência paraverbal. De facto, a expressão oral apresenta elementos que a enriquecem e complementam o que o falante diz: as expressões faciais, os gestos, os sons, os silêncios, o volume da voz, a entoação, entre outros.

Além disso, quando nos referimos à oralidade, há que salientar que o tempo de reacção entre locutor e interlocutor é muito reduzido para que possamos organizar o pensamento e para que o discurso produzido seja um texto coeso e coerente, que as palavras sejam as mais correctas e bem articuladas. A expressão oral improvisa-se e planifica-se enquanto se emite, e não está sujeita a uma revisão prévia, por isso, a comunicação oral é fugaz, espontânea e imediata. O falante deve controlar muito bem o que diz, se não quer proferir incorrecções⁵: repetições, frases inacabadas, interrupção do pensamento, etc.

Por isso, no treino do oral em contexto de sala de aula, deve haver espaço para uma construção de saberes em que o aluno assuma um papel principal relativamente ao do professor e deixe de lado a posição passiva a que sempre foi exposto. O que se esperava do aluno sempre foi limitado a resposta à pergunta ou então ao silêncio, o que não deixa prever nada de positivo no seu processo de aprendizagem do modo oral. Os professores e os alunos têm de participar em situações comunicantes em que o segundo aprenda a expor as suas ideias e não a calar-se e a desvalorizar o acto de falar. Devem deixar de participar de forma colectiva e passar a fazê-lo de forma individualizada, passando a argumentar, expondo a sua própria opinião ou dúvidas, num discurso nítido.

O aluno deve saber usar em seu benefício próprio todos os elementos da linguagem paralinguística, usando um olhar, uma postura e uma gesticulação adequada; tendo uma dicção transparente para que exista uma qualidade acústica na exposição oral, um *volume da voz* adequado à situação comunicativa em que se encontra; uma *entoação adequada*, transferindo sentido para a produção oral, acentuando o que deve ser revelado, enfatizando palavras ou frases para as quais quer chamar a atenção; um *ritmo* expressivo, por forma a chamar a atenção dos ouvintes, etc. Deve estar ciente que a utilização destes códigos não-

⁵ Note-se que estas “incorrecções” podem ser supridas, porque a linguagem oral é acompanhada pelos elementos paralinguísticos.

verbais tem intenções comunicativas variadas e o seu domínio torna a exposição oral mais interessante contribuindo para uma boa atmosfera comunicativa. O discurso oral deve equilibrar-se entre a correcção da fala e a fluidez expressiva. Numa curta comparação Cassany resume esta variante da exposição oral: «Na expressão oral, a correcção e a fluidez formam uma união indissociável, é como uma espécie de balança de pesos que se desequilibra quando um lado pesa mais.» [Cassany et al. (1994)]. Todos estes componentes paraverbais são relevantes para que o aluno melhore a sua prestação na exposição oral. Porém, para que esta seja coerente e perfeita, o aluno tem de se responsabilizar pela sua preparação, desde a planificação até à sua exposição.

1.5. Como preparar e avaliar uma produção oral?

Dada a complexidade da comunicação oral, que associa os códigos verbal, paraverbal e não verbal, torna-se imperativo conceder a este domínio um estatuto autónomo no processo de ensino-aprendizagem, embora em articulação com os domínios da leitura e da escrita. Deverão ser introduzidos, nas aulas de Português e Espanhol espaços de ensino-aprendizagem da língua-padrão, do oral reflectido e de géneros públicos e formais do oral, tanto ao nível da compreensão como da produção, instituindo o aluno como ouvinte activo⁶ e locutor de pleno direito. Amparo Tusón defende que a reflexão deve começar abordando os actos de fala que ocorrem na aula, sendo que, neste espaço, deve ser o lugar onde se fala. Neste contexto, as unidades de análise serão todo e qualquer tipo de discurso proferido, na sala de aula, como por exemplo, nos trabalhos de grupo, na exposição oral, etc. E os novos Programas de Português para o Ensino Básico(2009),no que diz respeito aos Resultados esperados, é bem claro relativamente à compreensão do Oral: «Saber escutar, visando diferentes finalidades, discursos formais em diferentes variedades do Português, cuja complexidade e duração exijam atenção por períodos prolongados»; «interpretar criticamente a informação ouvida, analisando as estratégias e os recursos verbais e não verbais utilizados»; «compreender o essencial da mensagem, apreendendo o fio condutor da intervenção e retendo dados que permitam intervir construtivamente em situações de diálogo ou realizar tarefas específicas»⁷.

Quanto à produção do oral reflectido, a Escola deve desenvolver no aluno hábitos de programação dos géneros públicos e formais do oral, observando as fases de planificação⁸, execução e avaliação, aplicando estratégias e instrumentos apropriados à aquisição de saberes processuais e declarativos. No entanto, raramente os professores concebem a língua falada como uma forma comunicativa que necessite de planificação ou preparação, por ser espontânea e instantânea, diferente da escrita que é planificada e está sujeita a revisão. Assim, a fase de planificação, a que corresponde um número significativo de tarefas, exige aprendizagem e treino das operações que a constituem. Quando referimos oralidade não planificada podemos entender uma conversa informal, por exemplo, uma conversa entre amigos, enquanto a oralidade planificada permite calcular a entoação ou o ritmo, como por exemplo, um discurso político.

⁶ A compreensão de textos orais fortalece-se quando participamos frequentemente em situações reais de interacção, como conversações, debates, audições diversas, o que passa necessariamente pela aquisição de atitudes positivas para estar atento ao que diz o interlocutor, respeitar as suas ideias e fazer com que se sinta escutado. Formar “ouvintes activos” como defende Cassany (2000).

⁷ No que diz respeito à compreensão oral, o Currículo Nacional do Ensino Básico (2002) já se refere à compreensão de formas complexas do oral exigidas para o prosseguimento de estudos e para entrada na vida profissional, «Capacidade de extrair informação de discursos usados de diferentes géneros formais e públicos do oral, cuja complexidade e duração exijam focalização da atenção por períodos prolongados».

⁸ A maioria das comunicações orais requer um esforço de planificação e o aluno tem de ter objectivos bem definidos do que quer dizer e de como vai dizê-lo.

Neste sentido, a língua oral não é menos estruturada, nem menos organizada que a escrita. De facto, contrariamente ao que pensa muita gente, a língua falada é na sua totalidade mais complexa que a língua escrita na sua gramática. E a conversação informal e espontânea é, gramaticalmente, a mais complexa de todas, por ser dinâmica e complexa. Para a fase de execução, correspondente à produção de texto oral segundo a sua própria matriz discursiva, deverá o professor propor estratégias/actividades que visem o desbloqueamento da expressão e um domínio progressivo do uso da palavra. As actividades a realizar pelos alunos tendo em vista desenvolver e avaliar a(s) competência(s) da oralidade podem ser, por exemplo, exposições orais sobre um trabalho realizado individualmente, em pares ou em grupo; exposições orais sobre leituras realizadas; participação em debates, preparação ou realização de uma entrevista ou conversa formal sobre um assunto pré-estabelecido, tanto no papel do entrevistador como no papel do entrevistado (in *Associação de Professores de Português sobre a avaliação da oralidade no Ensino Secundário*, Portaria n.º 1322/2007, de 4 de Outubro).

É claro que, seguindo o princípio pedagógico geral segundo o qual só é lícito avaliar aquilo que se ensina, o professor só poderá avaliar a oralidade dos seus alunos depois de a trabalhar explicitamente em sala de aula, com base num diagnóstico de necessidades, no início do ano lectivo. E este é um dos grandes problemas com que o docente se debate actualmente, uma vez que o desenvolvimento de qualquer competência enquanto saber-em-uso obriga a uma prática continuada dessa competência, para desenvolver a oralidade é necessário, em sala de aula, “gastar” tempo a falar, ouvir e interagir oral e formalmente. A oralidade, em contexto de sala de aula, passa a ser vista como um problema adicional para muitos docentes.

No n.º 2 do artigo 14.º da Portaria n.º 1322/2007, de 4 de Outubro, alínea a), do Programa de Língua Portuguesa, para o Ensino Secundário, no que diz respeito à produção, tratamento e análise de informação sobre as aprendizagens dos alunos, diz-se que são obrigatórios momentos formais de avaliação da oralidade ou da dimensão prática ou experimental, integrados no processo de ensino-aprendizagem, de acordo com as alíneas seguintes: na disciplina de Português, a componente de oralidade tem um peso de 25 % no cálculo da classificação a atribuir em cada momento formal de avaliação. A interpretação da Direcção da APP dessa portaria é que a avaliação da oralidade não pode ser baseada em “impressões” colhidas aquando da interacção oral espontânea. Assim, o professor e os alunos devem planificar, preparar ou calendarizar várias actividades ao longo do ano lectivo em que todos sabem que vão ser avaliadas as competências orais de alguns alunos. Esses momentos, como diz claramente a portaria, devem estar integrados no processo de ensino e aprendizagem, o que, do ponto de vista da APP, quer dizer durante as “aulas normais” (In *Associação de Professores de Português*).

É necessário preparar os alunos para momentos formais de avaliação, definindo muito bem quais os procedimentos didácticos intermédios inerentes a cada um dos projectos designados; que estratégias deve usar; que materiais pode aplicar em cada nível etário e quais as vertentes da expressão/compreensão oral que deve trabalhar; saber quantas aulas

são necessárias, em cada período lectivo, para a implementação destas medidas, para avaliar uma turma; etc. Depois, terá de se fazer o tratamento e análise da informação obtida, tentando sempre que possível uniformizar as grelhas de avaliação da oralidade, e saber se a grelha utilizada está adaptada ao texto que constitui o objecto de avaliação e ao público-alvo (como por exemplo a avaliação de uma apreciação crítica - ver anexo1). O professor deverá promover, ainda, as modalidades de auto-avaliação, avaliação pelos colegas e pelo professor, a partir de instrumentos adequados, de modo a que esta fase assuma uma função formativa, permitindo ao aluno situar-se face às suas aprendizagens e proceder aos eventuais ajustamentos sob a supervisão do professor. São tantos os factores novos que o professor tem de introduzir quando pensa na avaliação da oralidade, na sua sala de aula, que pode julgar que é uma tarefa demasiadamente árdua. No entanto esse trabalho urge ser feito, pois como vimos é imperiosa a introdução desta competência e, por conseguinte, da sua avaliação no dia-a-dia do docente.

Torna-se imperativo que, numa sala de aula, se dê relevo a exercícios de treino da expressão oral, para que os alunos não transfiram para a sala de aula os vícios orais que adquirem enquanto estão juntos num contexto mais informal. Deve haver uma preocupação pelo treino e aperfeiçoamento do oral, pois falar é uma necessidade comunicativa básica. Nas nossas escolas, a expressão oral deve ser abordada de forma mais sistemática, e o aluno deve sentir que o professor prepara com seriedade as aulas em que treina a competência oral (tendo objectivos bem formulados, materiais bem seleccionados, com exercícios/actividades adequadas, estratégias adequadas e pensar na forma como vai conseguir envolver os alunos). Preparar muito bem todos os passos a dar e tentar sempre motivar os alunos para praticarem esta competência é fundamental, pois as actividades de ensino da linguagem oral exigem que os alunos se apropriem das práticas discursivas da oralidade nas línguas que estão a aprender, quer seja língua materna ou língua estrangeira.

A escola deve contribuir para o desenvolvimento e consolidação da competência de comunicação do aluno, nas suas diversas componentes, através da sua exposição a vários géneros públicos e formais do oral de complexidade e formalidade crescentes, cuja compreensão exige focalização prolongada da atenção, extensão e diversidade vocabular, rapidez de acesso lexical e domínio de estruturas sintácticas de grande complexidade. Assim, é necessário propor estratégias/actividades que levem ao aperfeiçoamento destes aspectos e à consciencialização das escolhas formais decorrentes da situação de produção e intencionalidade comunicativa, não só em contexto sala de aula⁹, como também em contexto real, isto é, em produções reais que se podem encontrar na sociedade. Por outras palavras, o professor não deve só ocupar-se dos usos orais na sala de aula. O tratamento da oralidade nas Línguas Maternas ou Línguas Estrangeiras devem basear-se noutros pilares fundamentais: a

⁹ Uma das estratégias de ensino-aprendizagem para potenciar a prática da oralidade, na sala de aula, é a oficina de oralidade, à semelhança do que já se faz com a escrita - oficina de escrita. Nestas oficinas, pretende-se programar actividades orientadas quer para a análise do discurso oral - compreensão - quer para a expressão oral, bem como construir material didáctico orientado para a realização autónoma das actividades conducentes aos objectivos predefinidos, como por exemplo analisar um texto/discurso oral ou preparar uma exposição.

observação dos usos orais que têm lugar nos diferentes ambientes da comunidade, nos meios de comunicação, como por exemplo, uma entrevista a um autor português ou um reality show como «A Casa dos Segredos». Ambos os documentos podem ser retirados do Youtube, porque, hoje em dia, os documentos dos meios de comunicação da rádio e da televisão podem obter-se sem nenhuma dificuldade neste sítio da Internet. Importa aqui comparar estes dois tipos de documentos para mostrar a importância dos aspectos orais na comunicação preparada - na entrevista - e na comunicação não preparada - no programa mais espontâneos, como é o caso do reality show.

Dar a conhecer, em contexto de sala de aula, produções orais feitas por jornalistas, vendedores ou comerciais, vai certamente servir de orientação para o ensino, pois vai dar ao aluno um exemplo do que se deve fazer e de como se pode fazer, porém não é suficiente. Existe, pois, também a necessidade de ensinar a falar de acordo com as novas teorias e as novas orientações programáticas. Veja-se, a título de exemplo, uma prática verbal, pública e formal muito difundida no dia-a-dia: o debate. Se o aluno quer ser bem sucedido nesta actividade, deve conhecer as suas estratégias discursivas, para poder usá-las da melhor forma. Assim, deve pensar qual é a estrutura do mesmo, qual é o seu modo de funcionamento e as propriedades de esta forma verbal.

Comparar um texto mais trabalhado - um noticiário - com um mais espontâneo - uma entrevista de rua - pode ajudar a mostrar a importância dos aspectos não verbais na comunicação (cf. fichas de trabalho apresentadas no anexo 1). Além disso, este tipo de materiais orais que se encontram na sociedade, é bastante motivador para os alunos. E é apenas uma das formas de alcançar o propósito final que se quer alcançar: tornar o aluno num ouvinte activo e crítico das mensagens orais, para ser um falante capaz de adequar as variedades da língua oral às circunstâncias de comunicação.

Para ser um ouvinte crítico, além de participar em situações de intercâmbio oral real, deverá produzir textos orais com diversos propósitos e reflectir sobre as diferentes normas e registos segundo a situação comunicativa ou contextos, estabelecendo relações entre os diferentes aspectos organizativos da linguagem oral e das circunstâncias em que se utiliza. O aluno deve observar, reflectir e apreciar as diversas variedades linguísticas como formas diferentes e não deficitárias da linguagem, nos meios de comunicação, trabalho, família, vizinhos, outras comunidades, produzindo textos orais na variedade dialectal de origem, sexo, idade e estrato social do falante, reflectindo a sua adequação à circunstância comunicativa, avaliando a necessidade de realizar ou não modificações nos planos semântico, morfossintático e fonético. Deverá, ainda, reflectir sobre o significado sociocultural da linguagem manifestado nos costumes, rituais, cerimónias, opinião pública. De acordo com o que foi dito, constata-se que é necessário que se potencie o uso da língua oral e a reflexão sobre o seu uso. Para isso, a compreensão e a produção de discursos orais que sejam propiciados pelo docente devem marcar situações reais ou verosímeis de comunicação global, como a participação em situações de intercâmbio escolar em projectos como o Comenius. Esta é uma outra forma de dar oportunidades onde o aluno tenha de usar a oralidade, pois vai

necessitar de expor, argumentar, explicar, formular, pedir, debater com pares e adultos um tema que pretende desenvolver.

Em conclusão, o que é pedido ao aluno é que ele use a língua numa situação real ou verosímil e reflecta sobre ela, pois assim poderá compreender o sentido das diferentes actividades comunicativas, sua estrutura, seu conteúdo e o seu propósito, estabelecendo relações entre os diferentes aspectos organizativos da linguagem oral e das circunstâncias em que as utilizam. A língua oral tem, por isso, de receber um tratamento semelhante à língua escrita, em todos os níveis de ensino, para que o aluno passe a ser um ouvinte activo e crítico, de forma a poder ser um melhor falante. A escola deve dar oportunidade para que o aluno possa participar em situações comunicativas em que seja necessário expor, argumentar, explicar, formular, debater, etc. Este trabalho deve ser feito individualmente, para os seus pares ou para adultos - não só para o docente como também para a comunidade educativa - em actividades curriculares ou extracurriculares, tais como num debate ou na apresentação de um Sarau. Se estas actividades são trabalhadas de forma correcta, os resultados são considerados consideravelmente positivos. Só assim se poderá chegar aos pontos de maior importância no trabalho com a oralidade: reflectir sobre a variação linguística; desenvolver as capacidades cognitivas, devido à demonstração de adequações de uso; e combater preconceitos relacionados ao comportamento e à linguagem humana.

1.6. Que lugar ocupa a gramática?

«Ainda que pareça paradoxal, a língua usa-se para aprender a usar a língua, ou as línguas, em qualquer registo.»

(Palou, 2005: 23)

O aluno ao produzir textos orais com diversos propósitos, deve reflectir sobre os distintos tipos de normas e registos segundo a situação ou o contexto comunicativo, bem como reflectir sobre o significado sociocultural da linguagem e sobre a sua função (informar, recrear, persuadir, agradecer). Porém não deve esquecer de reflectir, nas mais diversas situações comunicativas, sobre a forma da linguagem - gramática e vocabulário, por forma a ficar dotado de «conhecimento vocabular e gramatical requerido nos géneros formais e públicos do oral necessários para o prosseguimento de estudos e para a entrada na vida profissional.» (in Currículo Nacional do Ensino Básico, 2002)

Pretende-se levar o aluno a expressar-se oralmente tendo em conta as características das diferentes situações comunicativas, respeitando progressivamente a correcção na pronúncia, nas estruturas morfossintácticas, nas estruturas textuais e no uso do léxico, isto é, o «conhecimento das estratégias linguísticas e não linguísticas utilizadas explícita e implicitamente para realizar diferentes objectivos comunicativos» (in Currículo Nacional do Ensino Básico, 2002).

Existe um grande erro ao considerar que a língua oral e língua escrita são opostas e dissociáveis. Por um lado, permanecem algumas confusões e ambiguidades entre a linguagem oral e a linguagem escrita. Na verdade, tradicionalmente uma e outra estavam em pólos opostos, sendo que para Jean-Jacques Rousseau a voz era o natural, a escrita era um suplemento artificial que ocupava o espaço que ficava na ausência da voz. Para Saussure o verdadeiro objecto da linguística era a língua falada. A única função da escrita era representá-la¹⁰. Por outro lado, o facto de o Escrito poder originar novas maneiras de pensar, não justifica que o Oral se possa conceber como mais próximo do caos, com a falta de correcção e a pobreza lexical. Obviamente que se analisarmos o meio de transmissão, há uma demarcação clara entre o que é fónico e o que é gráfico, que se desvanece se nos atentarmos nos modos de produção do discurso. Constatamos então que entre o oral e o escrito não existe uma relação de subordinação, nem tão pouco são manifestações independentes. Basta pensar apenas em dois exemplos para entendermos que

¹⁰ Esta defesa da oralidade contrasta com outra tendência, muito difundida, de identificar o mundo ocidental com a evolução cultural e o acesso ao sistema alfabético da escrita, e isso baseado em crenças tais como o facto da escrita transcrever a fala, ou ser superior à fala, sendo que há uma superioridade tecnológica do sistema de escrita. Ou ainda por se julgar que a escrita é um órgão de progresso social e a cultura escrita é um instrumento de desenvolvimento cultural e científico, bem como um instrumento de desenvolvimento cognitivo.

formam um todo, em que o oral e o escrito apresentam diferenças relacionadas com o canal de produção, porém estão inter-relacionados. Um conferencista escreve o texto que não lerá, mas que utilizará como suporte, e na base de um noticiário está um teleponto (um texto escrito). Assim, facilmente se entende que sejam dois modos do discurso, nos quais a oralidade e a escrita não divide mas antes dá lugar a múltiplas possibilidades combinatórias.

1.7. Presença da oralidade nos manuais

A existência de alguns manuais com exercícios que trabalham a oralidade comprovam que há já uma preocupação real com a competência oral, o que já oferece uma ajuda aos docentes neste sentido. Existem também manuais que ampliam as propostas para os alunos, criando a oportunidade, por vezes, de uma maior reflexão sobre a oralidade, como por exemplo, no manual de Espanhol com que trabalhei durante este ano de estágio. Neste manual, encontramos, ao longo de todas as unidades didácticas, exercícios de treino do oral que os professores podem adoptar para a sua aula. Estes exercícios variam entre comentar afirmações, comparar documentos, pedir opiniões sobre determinados assuntos. Estes exercícios proporcionam a interacção com os colegas de turma debatendo temas relevantes no âmbito social, no entanto, não fornecem instruções quanto à duração da actividade, não dizem se os alunos elaboram um guião antes da actividade ou não, confinando-se a uma avaliação por observação directa e a um treino de competências.

Não podemos dizer que as actividades para praticar a Expressão Oral, numa aula de Português, sejam tão frequentes como nos manuais de Língua Estrangeira. Partindo-se do princípio que as actividades para praticar a Expressão Oral numa aula de Espanhol Iniciação não podem ser as mesmas que aquelas utilizadas numa aula de Português, não quer isto dizer que o professor, se assim o entender, não possa adaptar uma actividade de uma destas línguas para a sua aula noutra língua, apesar dos níveis serem diferentes, apenas tem de ter consciência de que uma é a Língua Materna, logo intuitiva, e outra é a Língua Estrangeira e tem de ser aprendida de raiz. Assim, em LM há ainda um percurso a ser construído, no sentido de efectivar o trabalho da oralidade em sala de aula, como um eixo de ensino da Língua Portuguesa. No que diz respeito à espanhola, a linguagem oral efectiva-se com maior frequências enquanto conteúdo a ser ensinado e adquire consistência nas propostas pedagógicas. Assim, a Competência do Oral em Língua Portuguesa terá de ser trabalhada de forma distinta da de uma aula de Língua Estrangeira.

2. Conclusão da parte teórica

Por tudo o que foi dito nos capítulos anteriores, facilmente se percebe a complexidade do desenvolvimento da língua oral e a sua relevância para o exercício da cidadania. Consequentemente, no espaço educativo, a promoção desse desenvolvimento não é só tarefa da disciplina de Língua, mas de todas as disciplinas, e de todos os professores, uma vez que contribui para a formação integral do aluno e o dota de uma ferramenta imprescindível à sua vida pessoal, escolar e profissional. Por conseguinte, os professores deveriam traçar estratégias de intervenção que procurassem, por um lado, promover o uso adequado do registo formal na aula, colocando os alunos perante situações de conferência, colóquios, fóruns, debates, assembleias, exposições e outras. Depois, deveriam promover a capacidade de reflexão sobre a Língua como forma de actuação social, mostrando aos alunos o que é adequado e o que não é, segundo o contexto de comunicação, abandonando a tendência prescritiva (do que é certo e do que é errado). E, com efeito, revela-se preponderante realizar reflexões escritas sobre as diferenças de registos e as diferenças entre língua escrita e língua oral e, eventualmente, proceder à sua apresentação à turma de forma oral.

Para cumprir tais propósitos, a planificação de trabalho para a oralidade deveria ter em consideração que aprender implica participar em distintos eventos comunicativos para resolver conflitos, conviver com as diferenças e encontrar vias de entendimento. Além disso, falar ajuda a desenvolver conhecimentos, o que significa que ao esclarecer conceitos e reflectir colectivamente sobre um determinado tema, ao partilhar esta reflexão, se constrói conhecimento. Assim, falar melhor implica obviamente ler e escrever melhor, pois implica partilhar a atribuição de significado aos textos, planificar a escrita colaborativa, ao aprender a expor um tema, a realizar uma entrevista, a debater com fundamento.

Em qualquer caso, a aula converte-se num cenário em que todos - alunos e professor - participam em actividades orais, nas quais podem reflectir sobre o uso da língua, a fim de pensar e criar estratégias comunicativas e recursos linguísticos, que ajudem a controlar o que dizemos, como o dizemos e, ainda, a gerar uma actividade de escuta cada vez mais activa e cooperativa. Inúmeros são os conflitos provenientes das actividades citadas nos capítulos anteriores, verdadeiras mutações no ensino de Língua Materna e até da Língua Estrangeira. Inúmeros são os questionamentos dos alunos e até dos professores em relação, especialmente, à disciplina de Língua Portuguesa.

Com efeito, o método de análise linguística demonstra que o aluno, por meio das possibilidades que a língua apresenta na sua grande diversidade, consegue uma maior aprendizagem que o leva a ser autónomo nas aquisições da linguagem e a crescer no seio da sua Língua Materna. Hoje a desenvoltura em termos de linguagem é muito mais valorizada por parte dos indivíduos que em outras épocas. Pode se considerar que a aquisição da linguagem

é um factor primordial para a inclusão ou exclusão social. Dito isso, importa lembrar que estas teorias não são sinónimo de exclusão do ensino sistemático de gramática, pois ela é necessária para uma reflexão eficiente que os indivíduos necessitam para se expressar de forma correcta e assertiva. O que importa aqui é admitir outras possibilidades, para que sirvam de instrumentos para a interacção do indivíduo em sociedade.

Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa vive um momento transitório. Uma transição que tem sido relativamente lenta, o que é compreensível, tendo em conta a dificuldade que o profissional encontra em abandonar velhos hábitos.